

O caminho adiante

Ano complicado para o Brasil e o mundo, este 1998 que vai chegando ao fim. Se o curto-circuito financeiro que em 1997 queimou os fusíveis das economias asiáticas pareceu, de início, localizado e controlável, ao longo deste ano foi ficando cada vez mais claro que as finanças globalizadas estavam diante da mais séria pane sistêmica dos últimos 50 anos.

Da posição de participante cauteloso e discreto, o País viu-se trazido a contragosto ao centro do palco. A disseminação da insegurança, agravada pela crise russa, produziu nos investidores internacionais a reação do estouro da boia-da. Diante de tal psicologia não houve santo que se agüentasse entre os chamados países emergentes, e, no caso do Brasil, a aposta macroeconômica de longo prazo teve de fazer concessões às novas circunstâncias.

Hoje, os otimistas no mundo acham razoável acreditar que por meados do ano que vem o pior já terá passado. Mas nem mesmo esses acreditam na possibilidade de uma recuperação vertiginosa, como a que se seguiu à crise mexicana de 1995. A recuperação que se prevê é tímida, e um crescimento de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial em 1999 (diante da expansão de cerca de 1,8% em 1998) será saudado como muito auspicioso.

Os otimistas encontram seiva para sustentar suas esperanças em alguns elementos esparsos, mas consistentes. Haveria crescente disposição dos países industrializados – e, possivelmente, do futuro Banco Central Europeu – de tornar mais flexíveis suas políticas monetárias, abrindo caminho para menores taxas de juros e algum estímulo ao crescimento.

Um segundo aspecto que vem sendo considerado tem dupla sinalização: o da queda dos preços das matérias-primas. Acredita-se que as economias industrializadas poderão se beneficiar desses preços baixos (em particular os do petróleo) para expandir suas economias. Resta saber em que medida e prazo essa recuperação poderá se refletir sobre os países que depen-

dem da exportação dessas matérias-primas. Ainda há outro elemento que atuaria favoravelmente à reversão da crise, citado recentemente pelo economista-chefe do grupo financeiro Morgan Stanley, Stephen Roach. Trata-se da injeção de liquidez que está recebendo o sistema financeiro internacional, por intermédio dos programas de assistência capitaneados pelo Fundo Monetário Internacional. Isso representaria, em 1999, cerca de US\$ 160 bilhões, ou 0,5% do PIB mundial. Para Roach, a entrada desses recursos seria o equivalente funcional de uma grande redução global de impostos "mais do que suficiente para revitalizar uma economia mundial que patina".

Nas diversas projeções de economistas para 1999, há também, obviamente, amplo espaço para o espectro de incertezas que ainda ronda a economia internacional. O

comportamento do comércio internacional encabeça muitas dessas listas de incertezas. Qual será a reação das economias industrializadas – em especial a dos Estados Unidos – diante da perspectiva de crescentes déficits comerciais? Se o aumento das pressões protecionistas conduzir a uma ampliação de barreiras às importações, o impacto sobre os países emergentes (que necessitam de superávits comerciais para minorar a fragilidade de seus balanços em conta corrente) será im-

ediato, com ampliação dos efeitos desestabilizadores da crise.

Não há dúvidas de que em 1999 a responsabilidade principal para evitar a desestabilização mundial continuará a recair sobre os Estados Unidos e a Europa. O Japão, que se arrasta desde 1992 num pântano recessivo, não parece contar com as devidas condições internas para ter de volta sua economia nos trilhos da expansão econômica.

Finalmente, mas não menos importante, acompanha o mundo todo o esforço que faz o Brasil para ajustar sua economia aos tempos de vacas mais magras. Se o País falhar – pondo a perder a alta aposta que nele fizeram o FMI e os países industrializados – não haverá mais otimistas no mercado.



Pedro Luiz Rodrigues dirige a sucursal de Brasília

**Otimistas acham
razoável
acreditar que por
meados do ano
que vem o pior já
terá passado**